



MAI

**MAI AMBIENTE**

# CADERNO DE ENCARGOS

## AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

---

PROCEDIMENTO: CONSULTA PRÉVIA, AO ABRIGO DO ARTIGO 20º N.º  
ALÍNEA C) DO CCP

---

PREÇO BASE:

---

OBJETO CONTRATUAL: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORRETAGEM E GESTÃO DE  
APÓLICES DE SEGUROS

## Índice

<b>PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS .....</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....</b>	<b>3</b>
Cláusula 1ª Objeto.....	3
Cláusula 2ª Contrato .....	3
Cláusula 3ª Prazo.....	4
<b>CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....</b>	<b>4</b>
<b>SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS.....</b>	<b>4</b>
<b>Subsecção I Disposições gerais .....</b>	<b>4</b>
Cláusula 4ª Obrigações principais do prestador de serviços .....	4
Cláusula 5ª Forma de prestação do serviço .....	6
<b>Subsecção II Dever de sigilo .....</b>	<b>6</b>
Cláusula 6ª Objeto do dever de sigilo .....	6
Cláusula 7ª Prazo do dever de sigilo .....	7
<b>SECÇÃO II OBRIGAÇÕES DA MAI AMBIENTE.....</b>	<b>7</b>
Cláusula 8ª Preço contratual.....	7
Cláusula 9ª Condições de pagamento .....	7
<b>CAPÍTULO III PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
Cláusula 10ª Penalidades contratuais .....	8
Cláusula 11ª Força maior .....	8
Cláusula 12ª Resolução por parte do contraente público.....	9
Cláusula 13ª Resolução por parte do prestador de serviços.....	10
<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>11</b>
<b>SEGUROS.....</b>	<b>11</b>
Cláusula 14ª Seguros.....	11
<b>CAPÍTULO V RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS .....</b>	<b>11</b>
Cláusula 15ª Foro competente .....	11
<b>CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>11</b>
Cláusula 16ª Gestora do Contrato.....	11
Cláusula 17ª Subcontratação e cessão da posição contratual .....	12
Cláusula 18ª Comunicações e notificações.....	12
Cláusula 19ª Contagem dos prazos.....	12
Cláusula 20ª Legislação aplicável.....	12
<b>PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS.....</b>	<b>13</b>

PARTE I  
**CLÁUSULAS JURÍDICAS**

CAPÍTULO I  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula 1ª

**Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, técnicas e económicas a incluir no contrato que tem por objeto principal a prestação de serviços de corretagem e gestão de apólices de seguros, precedido de um procedimento pré-contratual de Consulta Prévia, nos termos e condições definidas nas cláusulas descritas neste Caderno de Encargos.

Cláusula 2ª

**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, quando aplicável.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem que aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º anterior e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### Cláusula 3ª

#### **Prazo**

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo inicial de 12 meses, a contar da data da celebração do contrato, prorrogável igual período até ao limite máximo de 3 anos, se nenhuma das partes o denunciar com 60 dias de antecedência por carta registada, em prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

## CAPÍTULO II

### **OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

#### SECÇÃO I

#### **OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS**

##### Subsecção I

#### **Disposições gerais**

### Cláusula 4ª

#### **Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Prestar os serviços em perfeitas condições e para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente Caderno de Encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
- b) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais, ambientais e níveis de serviço, tal como previstos no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável;
- c) Garantir que os serviços são prestados de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor;
- d) Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e criativos que sejam necessários à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à correta e completa execução das tarefas a seu cargo;
- e) O cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade,



MAIA

**MAIA AMBIENTE**

- salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, nos termos da legislação aplicável, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais;
- f) Comunicar à Entidade Adjudicante, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
  - g) Não alterar as condições do fornecimento de bens fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
  - h) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da Entidade Adjudicante;
  - i) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pela Entidade Adjudicante;
  - j) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
  - k) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas;
  - l) Cooperar com a Entidade Adjudicante, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
    - i. Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Adjudicatário em representação da Entidade Adjudicante;
    - ii. Quando a Entidade Adjudicante deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.
  - m) Comunicar à Entidade Adjudicante a identificação do responsável designado para a gestão do Contrato, nomeadamente, para efeitos de comunicações e demais situações necessárias, o qual deverá estar definido no momento da assinatura do Contrato, bem como quaisquer alterações quanto ao gestor indicado;
2. Na execução da presente aquisição de bens, o Adjudicatário fica obrigado a prestar todos os esclarecimentos que o(s) Gestor(es) do Contrato considere(m) necessários, nos termos e para os efeitos dos artigos 289.º e 290.º e 290.º-A do CCP, e no prazo que este(s) venha(m) a fixar.

3. O Adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, bem como toda a legislação e regulamentação portuguesa aplicável.
4. A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessária à perfeita e completa execução das obrigações a seu cargo.

#### Cláusula 5ª

##### **Forma de prestação do serviço**

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade mensal reuniões de coordenação com a Gestora do Contrato, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
3. O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar à Gestora do Contrato um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
4. No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.
5. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

#### Subsecção II

##### **Dever de sigilo**

#### Cláusula 6ª

##### **Objeto do dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Maiambiente, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### Cláusula 7ª

##### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### SECÇÃO II

##### **OBRIGAÇÕES DA MAI AMBIENTE**

#### Cláusula 8ª

##### **Preço Base**

1. Pela prestação dos serviços objeto do presente procedimento, o Adjudicatário será, nos termos da alínea c), do artigo 23.º do Regime Jurídico da Distribuição de Seguros e Resseguros, remunerado diretamente pela(s) empresa(s) de seguros, não havendo lugar por parte da Entidade Adjudicante ao pagamento de qualquer preço ou à atribuição de qualquer remuneração.
2. Todos os custos, encargos e despesas, nomeadamente os relativos a transportes, deslocações e outros recursos técnicos ou humanos, que o Adjudicatário afete ao contrato consideram-se abrangidos nos números anteriores.

#### Cláusula 9ª

##### **Condições de pagamento**

1. Atenta a natureza do objeto do contrato, não haverá lugar a qualquer pagamento ou à realização de qualquer outra contraprestação devida ou exigível à Entidade Adjudicante.
2. Atenta a natureza do objeto do contrato, não haverá lugar à emissão de faturas.

### CAPÍTULO III

## **PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

### Cláusula 10ª

#### **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Maiambiente pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento de obrigações emergentes do Contrato, a Maiambiente pode exigir ao Contraente Privado o pagamento de uma sanção pecuniária, correspondente a 15% do valor contratual.
  - b) Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a Maiambiente pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor contratual.
2. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Prestador de Serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Maiambiente tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. A Maiambiente pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Maiambiente exija uma indemnização pelo dano excedente.

### Cláusula 11ª

#### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves,



embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12<sup>a</sup>

**Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Maiambiente pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Pelo atraso total ou parcial no cumprimento das obrigações objeto do contrato superior a 10 (dez) dias ou a declaração escrita do Adjudicatário de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;



MAI

**MAI AMBIENTE**

- b) Prestação de falsas declarações ou apresentação de falsa documentação;
  - c) Os bens e serviços fornecidos não corresponderam ao previsto no presente Caderno de Encargos, incluindo os seus anexos, no contrato e, subsidiariamente, na proposta adjudicada;
  - d) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado;
  - e) Violação do dever de sigilo;
  - f) Se o Adjudicatário, de forma grave e reiterada, não cumprir com o disposto na lei, no Contrato, no Caderno de Encargos e na Proposta Adjudicada;
  - g) Incumprimento definitivo dos requisitos constantes do presente Caderno de Encargos.
1. Considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência repetida ou aplicação reiterada das sanções previstas no presente Caderno de Encargos e no contrato, o Adjudicatário continue a incorrer em incumprimento.
  2. O direito de resolução referido no número 1 exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Maiambiente.
  3. Para efeitos do número anterior, o exercício do direito de resolução tem lugar mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida ao Adjudicatário, da qual conste a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.
  4. O exercício do direito de resolução não libera o Adjudicatário de satisfazer as solicitações da Maiambiente, efetuadas no âmbito do contrato, recebidas até à data da resolução.
  5. O exercício do direito de resolução não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444º do Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 13ª

##### **Resolução por parte do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:
  - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de três meses para além do prazo de vencimento da(s) respetiva(s) fatura(s);
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Maiambiente, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

#### CAPÍTULO IV

##### **SEGUROS**

##### Cláusula 14<sup>a</sup>

##### **Seguros**

O prestador de serviços obriga-se a celebrar os contratos de seguro legalmente obrigatórios para o exercício da sua atividade.

#### CAPÍTULO V

##### **RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

##### Cláusula 15<sup>a</sup>

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### CAPÍTULO VI

##### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

##### Cláusula 16<sup>a</sup>

##### **Gestora do Contrato**

- 1- Ao abrigo do artigo 290º-A do CCP, é nomeada para gestor do Contrato a Eng<sup>a</sup> Helena Lopes, afeta à área requisitante.
- 2- Caso a Gestora detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas correctivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
- 3- À gestora do contrato podem ser delegados poderes para a adoção das medidas referidas anteriormente, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.

#### Cláusula 17ª

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

- 1- A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
- 2- Em caso de incumprimento, pelo prestador de serviços, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, aquele cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes, sempre que tal seja aplicável.

#### Cláusula 18ª

##### **Comunicações e notificações**

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### Cláusula 19ª

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### Cláusula 20ª

##### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, designadamente o Código dos Contratos Públicos aprovado pela Lei nº 30/2021, de 21 de maio na sua redação atual

PARTE II  
**CLÁUSULAS TÉCNICAS**

Cláusula 1.<sup>a</sup>

**Obrigações contratuais do Cocontratante**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações principais do Adjudicatário:
  - a) Executar o serviço contratado nos termos previstos neste Caderno de Encargos e suas especificações, em perfeita observação das normas vigentes e que se relacionem com o objeto do contrato e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, zelo, isenção, independência face às empresas de seguros, lealdade e competência;
  - b) Informar a Entidade Adjudicante sobre qualquer facto ou alteração que possa condicionar ou afetar a execução do contrato;
  - c) Apoio na gestão da carteira de seguros contratada, e a contratar, e dos riscos associados ao desenvolvimento da atividade, incluindo a regularização de sinistros;
  - d) Desenvolvimento dos trabalhos necessários à identificação, análise e tipificação dos riscos que possam não estar cobertos na carteira existente, respetivas necessidades de cobertura e forma mais conveniente à transferência do risco;
  - e) Assessoria na área da consultoria e emissão de pareceres relacionados com o setor segurador;
  - f) Ministras anualmente formação em gestão de seguros, no mínimo de 4 (quatro) horas por ano;
  - g) Realização de reuniões semestrais de acompanhamento nos termos definidos no presente Caderno de Encargos;
  - h) Elaboração e apresentação periódica de informação, nos termos definidos no presente Caderno de Encargos.
  - i) O Adjudicatário obriga-se a prestar à Entidade Adjudicante toda a assessoria que este lhe solicite no âmbito da condução do(s) procedimento(s) pré-contratual(ais) para contratação da(s) seguradora(s).
2. No âmbito da atividade de mediação, são obrigações do Adjudicatário:
  - a) Não assumir em seu próprio nome a cobertura de risco;
  - b) Cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis à atividade seguradora e à atividade de mediação de seguros e não intervir na celebração de contratos que as

violem;

- c) Assistir correta e eficientemente os contratos de seguro cujo tomador de seguro seja a Entidade Adjudicante;
- d) Diligenciar no sentido da prevenção de declarações inexatas ou incompletas pela Entidade Adjudicante e de situações que violem ou constituam fraude à lei ou que indiquem situações de branqueamento de capitais;
- e) Exibir o certificado de registo como corretor de seguros sempre que tal lhe seja solicitado por qualquer interessado ou indicar o sítio oficial em que o mesmo pode ser consultado;
- f) Manter atualizado registo dos contratos de seguros de que a Entidade Adjudicante seja tomadora;
- g) Manter atualizada a lista com a identificação das 2 pessoas diretamente envolvidas na execução do contrato;
- h) Informar sobre riscos a cobrir e das suas particularidades;
- i) Informar e propor alterações relativas a âmbitos de cobertura e otimização das condições dos contratos;
- j) Providenciar pela informação atempada de atualização de capitais seguros, especialmente sempre que tal atualização derive de exigência legal;
- k) Informar sobre todos os factos de que tenha conhecimento e que possam influir na regularização de sinistros;
- l) Informar, nos termos fixados por lei e respetiva regulamentação, os direitos e deveres que decorrem da celebração de contratos de seguros;
- m) Aconselhar, de modo correto e pormenorizado, e de acordo com o exigível sobre a modalidade de contrato mais conveniente à transferência de risco;
- n) Não praticar quaisquer atos relacionados com um contrato de seguro sem informar previamente a Entidade Adjudicante e obter a sua concordância;
- o) Garantir a colocação dos seguros, na empresa de seguros que tiver e/ou vier a obter a posição de adjudicatária e a monitorização da execução desses contratos através da elaboração e apresentação de relatórios;
- p) Garantir uma gestão integral dos contratos de seguro, assegurando, entre outras, a supervisão técnica e gestão administrativa do conjunto de seguros contratados;
- q) Garantir que a Equipa afeta à execução do contrato seja composta por um número mínimo de duas pessoas, e não efetuar alterações à mesma, salvo a ocorrência de motivo de força maior, que será sempre objeto de apreciação e decisão da Entidade



MAIA

**MAIA AMBIENTE**

Adjudicante, garantindo que, em qualquer necessidade de substituição, a experiência e habilitação do(s) elemento(s) a substituir cumpre(m) iguais condições às identificadas na proposta, em cumprimento do disposto no artigo 313.º do CCP;

- r) Enviar trimestralmente, após o pagamento recebido, a título de comissões, pagas pelas seguradoras no âmbito dos contratos que vierem a ser celebrados com a Entidade Adjudicante;
  - s) Subscrever e manter em vigor apólice de seguro de responsabilidade civil profissional, que deverá apresentar, sempre que tal lhe seja requerido.
3. O Adjudicatário fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e tecnológicos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### Cláusula 2.ª

##### **Apoio na gestão e execução do(s) contrato(s) de seguro**

1. Se durante a execução do(s) contrato(s) de seguro colocado(s) na(s) seguradora(s), o(s) adjudicatário(s) verificar alterações nos riscos cobertos pelas apólices adjudicadas e que possam influir nas condições do(s) contrato(s) celebrado(s), o Adjudicatário obriga-se a informar e a disponibilizar à(s) seguradora(s) cocontratante(s) da Entidade Adjudicante todos os elementos necessários a uma correta reanálise do risco e à determinação do valor do prémio do seguro, sendo responsável por qualquer omissão ou incorreção nos dados fornecidos que levem a uma errada avaliação do risco.

2. No decurso da execução do(s) contrato(s) de seguro(s), o Adjudicatário obriga-se a prestar assistência ao Contraente Público em todas as questões que se suscitem durante a sua execução, nomeadamente, gerir e encaminhar todas as reclamações que lhe sejam colocadas pela Entidade Adjudicante, agilizar junto da(s) seguradora(s) o processo de regularização dos sinistros que lhes sejam comunicados e colaborar ativamente com os peritos nomeados pela(s) seguradora(s) na obtenção de acordo final da liquidação de sinistros.

3. Na prestação de apoio à gestão e execução dos contratos de seguro celebrados pela Entidade Adjudicante, o Adjudicatário deve manter uma postura de total isenção e independência, tanto nas suas relações com a Entidade Adjudicante, como com qualquer empresa seguradora, abstendo-se de qualquer comportamento parcial relativamente a estas

últimas, bem como de qualquer comportamento que possa comprometer a realização dos interesses da Entidade Adjudicante.

### Cláusula 3.<sup>a</sup>

#### **Apoio na gestão da carteira de seguros implementada**

1. O Adjudicatário presta assessoria à Entidade Adjudicante em tudo o que se relacione com a gestão da sua carteira de seguros, nomeadamente, a gestão administrativa de todos os contratos de seguro em vigor e a celebrar e a respetiva gestão dos sinistros.
2. A gestão administrativa de todos os contratos de seguro compreende, designadamente, a prestação dos seguintes serviços:
  - a) Resposta em 24 (vinte e quatro) horas às alterações referidas no n.º 1 da Cláusula 2.<sup>a</sup>, solicitadas pela Entidade Adjudicante, comunicação à(s) seguradora(s) e controlo da respetiva execução;
  - b) Conferência de toda a documentação emitida no prazo máximo de 3 (três) dias após receção das mesmas, nomeadamente:
    - i. Apólices;
    - ii. Atas;
    - iii. Certificados de Seguro;
    - iv. Recibos;
  - c) Manutenção de registos atualizados com as informações mais relevantes de cada apólice, de forma a permitir, em qualquer momento, uma resposta rápida e eficaz;
  - d) Elaboração de Resumos de Apólices, a serem enviados anualmente ou sempre que solicitados pela Entidade Adjudicante;
3. A gestão dos sinistros compreende, designadamente, a prestação dos seguintes serviços:
  - a) Interpretação do clausulado da apólice;
  - b) Participação dos sinistros imediatamente após a tomada de conhecimento dos mesmos;
  - c) Assistência na negociação com as seguradoras, com vista à rápida regularização do sinistro;
  - d) Atualização periódica sobre a evolução do processo de sinistro.



Cláusula 4.<sup>a</sup>

**Reuniões periódicas de acompanhamento**

Ao longo da vigência do contrato, com a periodicidade adequada, o *Adjudicatário* deve promover, por sua iniciativa ou mediante solicitação da Entidade Adjudicante, a realização de reuniões com os serviços de forma a ser assegurada uma gestão eficaz, das quais deverá ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes da reunião, nomeadamente, com o objetivo de:

- a) Assegurar a renovação atempada da carteira;
- b) Explorar novas alternativas de coberturas, franquias e custos;
- c) Transmitir informações relevantes sobre o mercado segurador e novos produtos.